RELATÓRIO ESPECIAL

Eleições em 2015: mudança dos ciclos económico e político na América Latina

Madri, janeiro 2015

d+i LLORENTE & CUENCA

1. INTRODUÇÃO
2. AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2015
3. AS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DE 2015
4. AS ELEIÇÕES LOCAIS
5. CONCLUSÕES

LLORENTE & CUENCA

1. INTRODUÇÃO

2015 vai ser um ano só aparentemente menos intenso em termos eleitorais do que 2014. No ano passado houve sete eleições presidenciais que abrangeram uma boa parte da América Central (El Salvador, Costa Rica e Panamá) e da América do Sul (Colômbia, Brasil, Bolívia e Uruguai). Em 2015 só haverá duas eleições presidenciais (Guatemala e Argentina), mas, por outro lado, acontecerão três eleições legislativas onde há muito em jogo: El Salvador, México e Venezuela.

Haverá, além disso, eleições locais no Uruguai, Chile, Paraguai, Bolívia e Colômbia. E dois países começarão a viver um período claramente pré-eleitoral: são os casos do Peru e da República Dominicana.

Com isso, o quadro eleitoral para 2015 apresenta-se da seguinte forma:

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS	
Guatemala	11 de Setembro
Argentina	25 de Outubro
ELEIÇÕES LEGISLATIVAS	
El Salvador	1 de Março
México	7 de Junho
Venezuela	Final de Novembro
ELEIÇÕES LOCAIS	
El Salvador	1 de Março
Bolívia	29 de Março
Uruguai	10 de Maio
Paraguai	24 de Maio
Colômbia	25 de Outubro

Fonte: elaboração própria

Nas páginas seguintes será feita uma análise do contexto em que acontecem estas eleições e que elementos de continuidade e mudança existem em relação a 2014. Nesse sentido, o ano que recentemente terminou caracterizou-se pelo triunfo dos partidos que estavam no poder em 5 dos 7 casos (Brasil, El Salvador, Colômbia, Bolívia e Uruguai) e pela confirmação do predomínio de determinadas forças ou lideranças na forma de reeleição de líderes (Juan Manuel Santos na Colômbia, Evo Morales na Bolívia e Dilma Rousseff no Brasil) ou partidos (Frente Ampla no Uruguai e FMLN em El Salvador).

"em 2015 é muito possível que a característica comum sejam as mudanças políticas, mais do que a continuidade"

Pelo contrário, em 2015 é muito possível que a característica comum sejam as mudanças políticas, mais do que a continuidade. Serão eleições que ocorrerão dentro de uma mudança de ciclo económico marcado pelo abrandamento, a volatilidade, a desvalorização das moedas locais em relação ao dólar e a queda do preço das mercadorias —não só do petróleo, mas também do cobre, do gás e da soja—. Isso causará, por sua vez, menores receitas e capacidade de financiamento dos Estados, cortes dos gastos públicos que provocarão um aumento do mal-estar e, possivelmente, um voto de castigo para os partidos no governo.

2. AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2015

Efectivamente, tanto na Guatemala como na Argentina as oposições contam com muitas hipóteses de ganhar, embora, por sua vez, os partidos no governo continuem a contar com possibilidades de se manterem no poder.

Na Guatemala, a história confirma essa alternativa de mudança porque, desde 1990, nenhum partido na presidência desse país centro-americano repetiu uma vitória nas eleições: a Democracia Cristã chegou ao poder em 1986 com Vinicio Cerezo e, em 1990, nem sequer disputou a segunda volta, que acabou por ser ganha pelo MAS, de Jorge Serrano Elías. Em 1996, chegou à presidência Álvaro Arzú do PAN, partido que em 1999 foi, por sua vez, derrotado pelo FRG de Álvaro Portillo.

Em 2003, a FRG, com Efraín Ríos Montt como candidato a presidente, acabou em terceiro, e a presidência foi disputada por Óscar Berger (GANA) —vencedor final— e Álvaro Colom (UNE). Quatro anos depois, Colom tornou-se presidente ao vencer na segunda volta Otto Pérez Molina, que, por sua vez, triunfou nas eleições de 2011.

ALTERNATIVAS GOVERNO-OPOSIÇÃO NA GUATEMALA

1990	MAS vence UCN, segundo partido mais votado em 1985.	A DC no poder em 1986 nem sequer disputa a segunda volta.
1995	PAN vence FRG.	UCN —segundo mais votado em 1990— e a DC —terceira com mais votos em 1990— formaram uma coligação e acabaram em terceiro.
1999	Vence a FRG, segundo partido mais votado em 1995.	O partido do governo, PAN, no poder entre 1996-2000, é derrotado na segunda volta.
2003	Vitória do GANA sobre a UNE	A FRG, no poder em 2000-2004, acaba como terceiro mais votado e não disputa a segunda volta
2007	UNE derrota o Partido Patriota	GANA, no poder em 2004-2008, é a terceira força mais votada e não disputa a segunda volta.
2011	Partido Patriota impõe-se na segunda volta ao LIDER	A UNE, no poder desde 2008, nem sequer apresenta candidato.

Fonte: elaboração própria

Agora, o Partido Patriota (PP) de Pérez Molina deseja quebrar essa maldição que persegue os partidos no governo. Como não há reeleição na Guatemala, o PP aposta tudo no ex-ministro das Comunicações do actual Presidente, Alejandro Sinibaldi.

O problema do Partido Patriota é que chega muito desgastado a estas eleições: não solucionou o principal problema do país (a insegurança), que foi a sua bandeira eleitoral em 2011 (a mão de ferro). Além disso, a economia continua a crescer muito lentamente e, como se fosse pouco, o Presidente, Pérez Molina, viu-se numa disputa com a elite empresarial. Neste último ano houve uma clara deterioração na gestão do governo: este teve um acirrado confronto com a organização patronal por causa do aumento de impostos e, tanto o Presidente Otto Pérez Molina como o candidato do seu partido, viram-se vinculados ao escândalo brasileiro da Petrobras: a conhecida "Operação Lava Jato", realizada pela Polícia Federal brasileira para investigar o envolvimento de ex-directores da Petrobras por terem recebido subornos para contratar determinadas empresas para construir obras de infra-estruturas.

Segundo uma publicação do jornal Valor Econômico, de São Paulo, os investigadores encontraram no escritório do director da construtora OAS, José Aldemario Pinheiro Filho, um manuscrito no qual são citados Sinibaldi e o Presidente Otto Pérez Molina. O jornal apontou que os investigadores acreditam que o documento sugere que a empresa destinou US$ 1 milhão para a campanha presidencial de Sinibaldi através do assessor político espanhol Antonio Solá. "20xUS$50,000" anotou supostamente Pinheiro.

"O governo tem o desafio de conter o discurso de claro tom populista de Manuel Baldizón"

Além disso, o governo tem o desafio de conter o discurso de claro tom populista de Manuel Baldizón. As características que Flavia Freidenberg (académica especialista neste tipo de fenómenos políticos) assinala sobre o populismo ("uma liderança personalista e paternalista") existem plenamente em Baldizón.

O seu partido, Liberdade Democrática Renovada, o Lider, gira em torno da sua figura, e os seus gestos têm por objectivo ganhar o favor popular. Por exemplo, atraindo para o seu partido figuras do mundo do futebol. O atacante do DC United, dos Estados Unidos, Carlos "El Pescado" Ruiz e o guarda-redes do clube Comunicaciones, Juan José Paredes, são as novas contratações da formação de oposição.

Baldizón carece de uma ideologia definida, o que explica que esteja a tentar chegar-se à direita, aliando-se com partidos como o Coração Nova Nação ("CNN"). Como explica o académico Pedro Trujillo, "o Lider precisa de expandir-se rumo ao centro-direita para conseguir votos urbanos, onde é extremamente deficitário, e esse pode ser o fim complementar do "CNN". Sob a bênção de militares de uniforme e liderados pelo tenente-coronel Otto Bernal, podem ser conseguidos votos —deputados— transferíveis posteriormente para o Lider —tal como saíram da UNE— ou poderia ser a nave-mãe do plano "B" de don Manuel".

Manuel Baldizón, que aparecia em 2011 nos seus comícios com a Bíblia numa mão e a constituição na outra, apela directamente aos instintos mais simples do povo. "É um demagogo e um homem perigoso para a democracia, inclusive mais perigoso que Alfonso Portillo. É a soma de todos os vícios e de tudo que há de mais negativo que chegou a entender-se como política na Guatemala", disse à revista Crónica Marco Antonio Barahona, director do Instituto Centro-Americano de Estudos Políticos (Incep).

Baldizón, que foi derrotado por Pérez Molina em 2011, deseja cumprir uma regra não escrita nas eleições guatemaltecas: quem fica em segundo nas eleições, consegue ganhar na próxima. Aconteceu com Álvaro Portillo em 1995 (foi segundo naquele ano e ganhou em 1999), com Óscar Berger (segundo em 1999 e vencedor em 2003), Álvaro Colom (segundo em 2003 e vencedor em 2007) e Otto Pérez Molina (segundo mais apoiado em 2007 e vencedor em 2011).

Baldizón parte como favorito, mas dentro de uma situação muito volátil e fragmentada, já que também aspiram passar à segunda volta outros candidatos como Sandra Torres, a ex-mulher de Álvaro Colom e que tentou tornar-se candidata presidencial há quatro anos.

"Baldizón parte como favorito, mas dentro de uma situação muito volátil e fragmentada, já que também aspiram passar à segunda volta outros candidatos"

Todas estas razões (o desgaste do governo do Partido Patriota, o discurso populista de Baldizón e uma história que privilegia a mudança sobre a continuidade no país centro-americano) levam a pensar que a Guatemala se afigura como um país onde pode acontecer uma mudança política em 2015.

Argentina, kirchnerismo vs antikirchnerismo

Batalha na Argentina está também muito aberta, tal como na Guatemala.

Começando porque o Governo ainda não tem candidato oficial. O favorito é o governador de Buenos Aires, Daniel Scioli, que é o menos *kirchnerista* dos pré-candidatos dessa parte do espectro político. Cristina Kirchner, que ainda não se inclinou por nenhum candidato —tentando preservar sua parcela de poder e influência—, é possível que veja com maior agrado outras figuras *kirchneristas* como seu ministro Florencio Randazzo. Sua decisão final será dada ao candidato que lhe garanta, ao mesmo tempo, conservar mais poder e influência e conseguir bons resultados nas eleições de 2015.

O leque opositor *antikirchnerista* é muito amplo e encontra-se muito fragmentado, em pelo menos três grupos:

Fonte: Revista Crónica

"A campanha vai estar marcada pela crise económica que afecta o país, pelos problemas financeiros surgidos por causa do conflito com os fundos abutre e pela insegurança"

- Por um lado situa-se o peronismo *antikirchnerista* em torno de Sergio Massa.

- Por outro lado, está a centro-direita não peronista que apoia o presidente da câmara de Buenos Aires, Mauricio Macri.

- E, por último, a grande coligação entre a UCR e a esquerda (especialmente os socialistas) que está muito dividida internamente (entre partidários e opositores do apoio a Macri, por exemplo) e com muitos possíveis candidatos presidenciais (Julio Cobos, Hermes Binner, Ernesto Sanz).

A aliança entre a UCR, o Partido Socialista e vários grupos de esquerda e centro —a UNEN— atravessa um momento difícil após a saída de Elisa Carrió da coligação. Os radicais e os socialistas (Hermes Binner) apostaram em manter a unidade e rejeitaram a proposta de Carrió de se aliar a Mauricio Macri. A UCR preferiu uma coligação *antikirchnerista* reduzida (socialistas e radicais) em vez de formar uma ampla coligação que englobasse desde a direita (Macri) até a esquerda.

Por enquanto, as sondagens situam Scioli como o candidato com mais intenções de voto (cerca de 25%), seguido de Massa (com 20%) e Macri como terceiro, mas em progressão ascendente (15-18%). Scioli tem uma desvantagem muito grande: não tem o apoio sincero do *kirchnerismo* e a situação económica (inflação e queda do PIB) atenta contra os seus desejos de encarnar a continuidade com mudança, que é o que o governador de Buenos Aires propõe. A campanha vai estar marcada pela crise económica que afecta o país, pelos problemas financeiros surgidos por causa do conflito com os fundos abutre e pela insegurança, um dos problemas que mais afectam a população.

Como aponta o analista político argentino Carlos Pagni, "se a deterioração produtiva enfraquecer essa adesão (a Cristina Kirchner), quem sairia em vantagem seria Massa. A chefe de campanha de Massa é a recessão. Para as camadas médias, alheias ao peronismo, a figura de Massa é suspeita. Esse público aplaudiu este dirigente no ano passado, quando apareceu como o carrasco do *kirchnerismo*. Mas, desde então, agregaram-se à oferta o Pro de Macri e a FA-Unen, que representam uma ruptura maior com o governo. Quando os eleitores o comparam com estas duas propostas, começam a sobressair no peronista Massa alguns traços familiares com o *kirchnerismo*".

Mas esse não é o único problema de Massa. Pagni acrescenta que "a esta dificuldade para conquistar o universo não peronista, Massa acumula também a falta de desenvolvimento territorial para além da província de Buenos Aires. Tenta resolver esse duplo desafio procurando aliados no radicalismo de várias províncias governadas pelo peronismo; mas essa aproximação é insuficiente. O sucesso de Massa pode depender de uma deterioração socioeconómica mais profunda. Se aumentassem os desencantados pela queda dos salários ou a perda de emprego, estaria mais preparado do que outros candida-

"Argentina está mais perto do pós-kirchnerismo do que do continuísmo kirchnerista"

tos para seduzi-los. De modo que o peronismo está dividido entre a Frente para a Vitória, cujo principal candidato é Scioli, e a Frente Renovadora, liderada por Massa, que funcionam como vasos comunicantes regulados pelo nível de recessão. O que acontece com a oferta não peronista? Macri e o seu partido, Pro, dominam a cidade de Buenos Aires, mas carecem de desenvolvimento no resto do país, como acontece com Massa. Por outro lado, a FA-Unen controla Santa Fé, onde governa o socialismo, e conta com a estrutura territorial da UCR, que a torna competitiva em outras províncias. No entanto, a FA-Unen carece de um candidato promissor. Sanz, Cobos e Binner ainda não conseguem impor-se".

A Argentina caminha em 2015 para eleições presidenciais muito concorridas e nas quais, por enquanto, três pré-candidatos aparecem como favoritos para a segunda volta. Sergio Massa e Daniel Scioli pareciam ser os únicos destinados a lutar pela presidência até meados de 2014, mas agora Mauricio Macri uniu-se com muita força a essa dupla. Os três estão em empate técnico virtual e, segundo as sondagens, Massa e Scioli alternam na liderança. O que todas apontam, de forma coincidente, é o crescimento de Macri.

Além disso, Massa e Macri tentam conquistar o apoio da UCR, que é um partido sem grandes líderes, muito fragmentado e atomizado, mas que continua a ser uma força com uma grande estrutura de alcance nacional. Massa pode crescer como a opção mais viável para derrotar o *kirchnerismo*, apelando ao voto útil. E é isso o que mais temia a própria Carrió quando propunha a aliança UNEN-*macrismo*: que sem o apoio da UCR a Macri, Massa, que possui mais estruturas e apoios territoriais, acabe disputando a segunda volta com Daniel Scioli.

O que parece seguro, como adverte o analista Fernando Laborda no jornal La Nación, é que a Argentina está mais perto do pós-*kirchnerismo* do que do continuísmo *kirchnerista*: "Com menos de um ano de mandato pela frente, a actual Presidente carece de incentivos para fazer grandes rectificações económicas. Os custos políticos e sociais de qualquer ajuste seriam imediatos, tanto que os supostos lucros seriam desfrutados pelo próximo governo nacional. A política domina a economia, e o projecto de poder do *kirchnerismo* fica acima de qualquer projecto do país para médio ou longo prazo. Nesse contexto, ninguém pensa que Cristina Kirchner vá limpar o terreno para um futuro presidente que dificilmente será do seu próprio ramo, nem sequer ao potencial candidato presidencial da Frente para a Victoria, Daniel Scioli. É possível conjecturar que a transição entre a actual chefe do Estado e o seu sucessor será bastante semelhante à que aconteceu em 1999 entre Carlos Menem e Fernando de la Rúa. A recessão, com a sua sequela de desemprego e o atraso cambial, são duas características comuns dessas transições".

"Tudo indica que estas eleições vão confirmar a polarização política que caracteriza o país centro-americano desde o final da guerra civil no início dos anos 90"

3. AS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DE 2015

Três países realizam em 2015 eleições legislativas que, pela sua importância política, podem ter consequências futuras para a governabilidade das nações envolvidas: El Salvador, México e Venezuela.

Polarização continua em El Salvador

No país centro-americano, a disputa vai ocorrer a 1 de Março novamente entre o partido oficial, a FMLN, e a Arena. Será um bom teste para comprovar se vai manter-se a forte polarização que existiu nas eleições presidenciais, onde o candidato vencedor (Salvador Sánchez Cerén, da FMLN) se impôs por apenas 6 mil votos ao opositor Norman Quijano, da centro-direitista Arena.

Apesar de ser certo que as eleições legislativas e as municipais, que ocorrerão de forma paralela, possuem uma natureza diferente das presidenciais, ambos os partidos assumiram estas eleições como um teste: a centro-direitista Arena para constatar o seu avanço, e a FMLN para ratificar o seu favoritismo.

E o certo é que o tom nas urnas é de equilíbrio. Segundo uma sondagem da LPG dados, a FMLN teria uma vantagem de apenas 0,3% para deputados e de 2,1% para presidentes de câmara a nível nacional, em relação à Arena. O partido de esquerda obteria 29,2% de preferências para deputados, contra 28,9% da Arena. Quanto às câmaras municipais, o partido no governo obteria 30,4%, contra 28,3% para o partido opositor. Para a câmara municipal de San Salvador, o FMLN segue à frente com 38,3%. Já a Arena obteria 30,7% dos votos.

Estes dados confirmam a polarização (FMLN vs Arena) que o país vive, já que a força que pretende transformar-se na terceira do sistema de partidos salvadorenho, GANA, só obteria 4,8% das intenções de voto.

No entanto, outra sondagem (do Instituto Universitário de Opinião Pública (IUDOP), da Universidade Centro-Americana José Simeón Cañas (UCA), também de Dezembro, assinala que a Arena tem vantagem sobre a FMLN nas intenções de voto para as eleições legislativas de 2015. 30,8% das pessoas entrevistadas disseram que votarão na Arena nas eleições para deputados, e 29,8% na FMLN. No caso das eleições municipais, 30,8% indicaram que optariam pela antiga guerrilha, 29,7% pela Arena e 4,9% pelo GANA.

Assim, tudo indica que estas eleições vão confirmar a polarização política que caracteriza o país centro-americano desde o final da guerra civil no início dos anos 90. Além disso, serão eleições muito importantes para a governabilidade desta nação, sobretudo para a FMLN, que vai tentar conquistar a maioria na assembleia legislativa que perdeu nas eleições de 2012. De qualquer forma, o mais provável é que nenhum partido obtenha a maioria simples na assembleia legislativa depois de 1 de Março de 2015. Com a Arena e a FMLN em-

"Também são decisivas para a governabilidade as eleições legislativas de 7 de Junho no México"

patadas, a balança da governabilidade voltará a ficar nas mãos dos partidos pequenos, GANA e PCN, que, por sua vez, lutarão entre eles para conquistar o terceiro lugar, essencial para obter maiorias na assembleia legislativa. Nessa disputa, a Grande Aliança Nacional (GANA) parte como favorita contra a Concertação Nacional (PCN), já que possui fortes lideranças locais e um grande trabalho territorial por todo o país há vários anos.

As legislativas no México

Também são decisivas para a governabilidade as eleições legislativas de 7 de Junho no México. Há poucos meses, o governo de Enrique Peña Nieto e o PRI encaravam estas eleições com claro favoritismo para conseguirem, sozinhos, a maioria absoluta. No entanto, os factos dos últimos meses de 2014 turvaram esse panorama tão propício: os massacres de Tlatlaya, o de Iguala ou escândalos como o da chamada "Casa Branca" adquirida pela mulher de Peña Nieto. Factos que lançaram à luz o mal-estar popular e que apanharam o governo na contramão e sem capacidade, ainda, de dar uma resposta efectiva que convença os cidadãos.

Assim, o governo e o partido oficial, o PRI, chegam fragilizados por várias frentes a estas eleições:

- Do lado político por causa das questões nas quais se viram envolvidos a mulher do presidente, por um lado, e o Ministro das Finanças e braço direito do Presidente, Luis Videgaray, por outro. A estes problemas juntaram-se a indignação nacional —e internacional— pelo ocorrido em Iguala. O governo deu a sensação de demorar a reagir e, quando o fez, não foi com medidas que tenham sido muito convincentes para os cidadãos.

  Como afirma o escritor e analista Jorge Castañeda no jornal Milenio, "suscitou-se a crise política... que se resume em três tempos: Tlatlaya em Junho, Ayotzinapa em Setembro, e a "casa branca" em Novembro. Cada um destes factos desencadeou movimentos, críticas e protestos no México e fora (entre estudantes, na "comentocracia" e em grupos radicais de várias partes do país). Provocou críticas cada vez mais severas e de diversas origens, da esquerda e da direita, da sociedade civil e do sector empresarial. Também gerou uma dupla confissão tácita do governo de Peña Nieto: subestimaram a gravidade de ter dado por concluída a presença de um Estado de direito no México e a redundância de reformas nessa matéria; e ao propor reformas dissonantes em matéria de segurança e justiça, reconheceram que não o tinham feito".

- Outra frente de fraqueza para o governo de Peña Nieto é a economia. A conjuntura económica na região mudou e vai continuar assim, obstruindo o grande objectivo perseguido pela administração: o abrandamento vai impedir, a curto prazo, que os benefícios das reformas se traduzam num

"O governo terá pela frente eleições legislativas que podem canalizar um certo "voto de castigo" e deixá-lo muito enfraquecido para o próximo triénio"

maior e mais rápido crescimento económico. A situação económica é delicada, tal como é a financeira, considerando os próximos aumentos das taxas de juros da Reserva Federal dos EUA, a desvalorização do peso e que durante o segundo semestre de 2014 o preço do petróleo caiu cerca de 50%.

O governo, que perdeu muita da sua credibilidade e com uma economia que não consegue alavancar, terá pela frente eleições legislativas que podem canalizar um certo "voto de castigo" e deixá-lo muito enfraquecido para o próximo triénio. Três anos essenciais para culminar o processo de reformas iniciado em 2012 e que, apoiado no Pacto pelo México, foram cobertos no período 2012-14.

O círculo virtuoso que o governo esperava não vai acontecer. Um círculo virtuoso que começava pela aprovação das reformas estruturais as quais iam dinamizar a economia e atrair investimentos estrangeiros; tudo o que teria impulsionado os níveis de crescimento e bem-estar geral. Como assinala Jorge Castañeda, há sinais de um "enfraquecimento extremo da presidência e do governo no seu conjunto com quatro anos pela frente. Este processo não parece ter fim, já que nenhum dos factos que poderiam alavancar esta dinâmica parece viável. As soluções evidentes parecem remotas. A economia não vai conseguir elevados níveis de crescimento no ano que inicia. O desabamento do preço do petróleo e o aumento das taxas de juros nos Estados Unidos gerarão turbulências financeiras controláveis, mas incómodas. A popularidade do Presidente, do seu governo e do seu partido dificilmente remontará aos níveis anteriores, nunca muito elevados. As reformas surtirão efeitos paulatinos e parciais, umas mais do que outras, mas nenhuma de modo espectacular. Também não há novas reformas no horizonte porque essas sim representariam rupturas muito mais profundas com o passado. Uma mudança quase total do governo ou eleições antecipadas —o que costumam fazer os chefes de governo ou de Estado de países com regimes parlamentares ou híbridos— não está na agenda nem no ADN do Presidente Peña Nieto".

Se o governo e o PRI tiveram esses problemas, não foram menores os do partido da esquerda, o PRD, cujo presidente de câmara e governador está relacionado com os factos de Iguala em Guerrero.

A importância destas eleições está em que um contratempo do PRI deixaria Peña Nieto ferido politicamente para continuar a aplicar as reformas que impulsiona desde 2012, quando ainda restam três anos de governo.

"As eleições legislativas do final de 2015 apresentam-se como a grande oportunidade para a oposição, a Mesa de União Nacional (MUD), tentar derrotar o chavismo"

Além disso, estas eleições legislativas no México podem elucidar o resultado de uma guerra dentro da esquerda: entre o PRD e o MORENA, movimento liderado por Andrés Manuel López Obrador. Quem sair vitorioso ficará muito bem posicionado para as eleições presidenciais de 2018. Como assinala o analista Leo Zuckerman no jornal Excelsior, "o cenário ideal para López Obrador é que o seu partido consiga uma percentagem superior à do PRD. Isso gerará uma debandada de *perredistas* para o Morena e transformará López Obrador, de novo, como líder indiscutível da esquerda mexicana. A notícia é que existe uma grande possibilidade de o MORENA efectivamente superar o PRD nas eleições do ano que se inicia. Isso é o que revela a sondagem que foi ontem publicada pelo jornal Reforma".

Venezuela, a maioria chavista em perigo

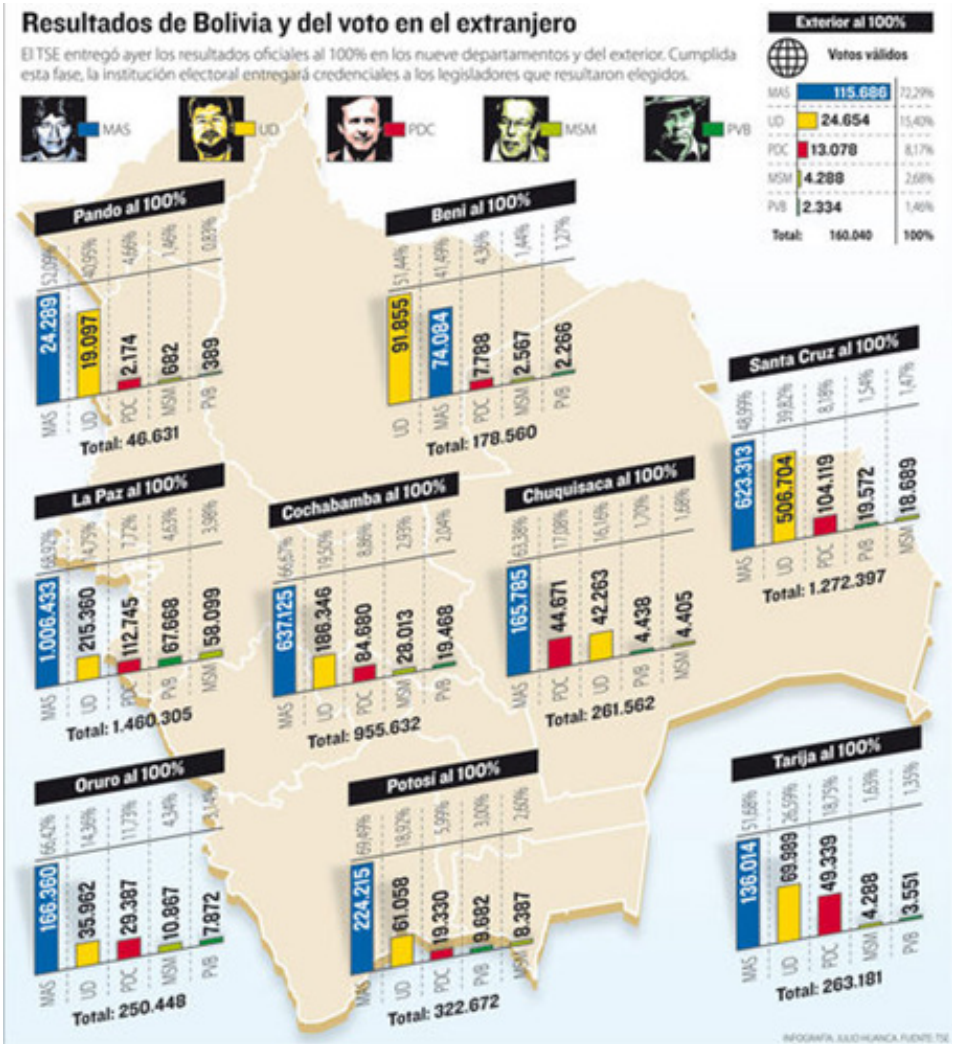
Outra maioria que corre perigo é a do chavismo na assembleia nacional venezuelana. As eleições legislativas do final de 2015 apresentam-se como a grande oportunidade para a oposição, a Mesa de União Nacional (MUD), tentar derrotar o chavismo e conquistar a maioria na assembleia legislativa. E isso porque a popularidade de Nicolás Maduro sofreu uma considerável deterioração nos últimos meses, porque a situação económica piorou fortemente e, muito possivelmente, continuará assim durante de 2015.

Para ganhar terreno (ou pelo menos não perdê-lo), o governo de Maduro não vai realizar em 2015 o ajuste profundo que a economia venezuelana precisa. Uma economia ritmada por uma inflação próxima de 60% e uma queda do preço do petróleo que situou o barril de petróleo no final de 2014 abaixo dos 60 dólares. Tudo exige um ajuste, já que, como aponta o analista José Guerra, "sem um ajuste cambial e sem aumentar o preço da gasolina, é impossível colmatar a lacuna fiscal. Teriam de ser extraídos muitos recursos da economia através de impostos, e isso aprofundaria a recessão. Dito isto, é preciso afirmar que as leis aprovadas recentemente com o mecanismo habilitante são uma mostra de contradição... Não conheço nenhum governo que num ano eleitoral como 2015 corte despesas".

O regime vai fazer um grande esforço para ganhar as eleições de 2015 porque, além de eludir o ajuste, desenterrou "o machado de guerra" com os EUA, e a mobilização do voto será muito intensa. "Para que a Venezuela continue em paz e em democracia, necessitamos de uma grande vitória eleitoral nas eleições parlamentares de 2015", declarou Maduro. São eleições vitais para o próprio presidente, porque perder a maioria na assembleia legislativa deixá-lo-ia politicamente ferido. Fragilizado perante a oposição e diante das facções que formam o *chavismo*: já não poderia beneficiar da concessão de poderes extraordinários através de leis habilitantes, e o grau de fiscalização ao qual seria submetido aumentaria consideravelmente.

"Bolívia, Colômbia, El Salvador e Uruguai realizam eleições locais à escala departamental ou municipal nas quais está em jogo quem vai governar em cidades tão importantes como Bogotá, Montevidéu e La Paz"

A oposição também não vive o seu melhor momento. Há diferentes tendências internas (os partidários de Henrique Capriles e os seguidores de Leopoldo López), e os seus líderes estão presos (Leopoldo López) ou são perseguidos (María Corina Machado). No entanto, por enquanto, decidiram manter-se coesos para encarar eleições que podem deixar o *chavismo* em minoria, algo que não ocorre desde 1999. A oposição venezuelana selou um acordo-base para dar continuidade à sua plataforma e permanecer unida para as eleições legislativas de 2015. Representantes dos 25 partidos e movimentos que integram a Mesa da Unidade Democrática alcançaram um acordo para continuar a apostar neste mecanismo, após um ano de 2014 com fortes conflitos internos, incluindo a mudança na direcção desta coligação. Esse acordo-base contém sete pontos nos quais são ratificados a unidade baseada no consenso, o fim de projectos internos, um pacto de não agressão e assumem o *chavismo* como rival comum a derrotar nas urnas. A oposição está ciente de que só unida pode derrotar o actual governo, sobretudo considerando que em 2010 esteve muito perto do triunfo quando os candidatos da aliança opositora obtiveram 47% dos votos e ficaram muito perto do PSUV, que obteve 48,5%. E só graças a uma lei eleitoral que sobre-representa as maiorias, o *chavismo* pôde obter, com esses 48,5% dos votos, 59% dos assentos na assembleia legislativa.



Fonte: jornal La Razón

4. AS ELEIÇÕES LOCAIS

Bolívia, Colômbia, El Salvador e Uruguai realizam eleições locais à escala departamental ou municipal nas quais está em jogo quem vai governar em cidades tão importantes como Bogotá, Montevidéu e La Paz.

Eleições na Bolívia

As eleições locais na Bolívia vão ser um teste para comprovar se o predomínio do MAS à escala nacional se reflecte no âmbito local. O MAS triunfou em todos os departamentos do país, excepto Beni, nas últimas eleições presidenciais de 12 de Outubro de 2014. Inclusive,

"O Presidente Evo Morales promoveu para estas eleições amplas alianças para passar a governar os nove departamentos que compõem o país"

venceu no tradicionalmente opositor departamento de Santa Cruz.

Agora, o presidente Evo Morales quer transferir esse resultado conseguido à escala nacional para as eleições locais. "Temos cinco anos para trabalhar. Eu tenho muita esperança e, nessa linha, tomara que ganhemos todos os governos departamentais. O desejo é sempre optimista, queremos ganhar todos os governos departamentais", disse Morales ao ser reeleito para o período 2015-2020.

O Governo vai ter pela frente nestas eleições uma oposição muito fragmentada (mais de 150 forças, entre partidos nacionais e movimentos locais) e dividida em poucos partidos com uma estrutura verdadeiramente de alcance nacional, sendo a maioria dos partidos de carácter regional. Nas eleições serão eleitos governadores, deputados das assembleias departamentais, presidentes de câmara, vereadores, governadores e corregedores no departamento de Beni, executivos seccionais de desenvolvimento no departamento de Tarija e deputados da assembleia regional para a Região do Chaco. Além disso, caso ocorra uma segunda volta nas eleições para governadores, estas serão realizadas a 3 de Maio de 2015.

O Presidente Evo Morales promoveu para estas eleições amplas alianças para passar a governar os nove departamentos que compõem o país (em 2010, ganhou em cinco deles e, desde 2011, governa em seis). O seu foco está voltado para Beni, Tarija, Pando e Santa Cruz, departamentos que na década passada compunham a "Meia Lua" e serviam de oposição ao predomínio do Governo. Em La Paz, Oruro, Potosí, Chuquisaca e Cochabamba, o MAS de Morales continua a ser imbatível. O *masismo* controla essas administrações e, além disso, governa em Pando aliado com Luis Flores e Tarija, após a suspensão do anterior governador opositor, Mario Cossío, processado por corrupção.

A oposição, especialmente a aliança que era formada pela União Nacional e o Movimento Democrata Social (ambos integrados na Unidade Democrática, UD), e o Partido Democrata Cristão (PDC), disputam o seu futuro e até a sua sobrevivência política. No entanto, como tal, a UD, que foi a segunda força mais votada nas eleições presidenciais de Outubro de 2014 e que reunia a União Nacional e o Democratas, deixou de existir. O seu principal líder, o empresário Samuel Doria Medina, confirmou que o acordo que assinou com o Movimento Democrata Social (Democratas) já não é válido para as eleições subnacionais de 2015 e que só haverá acções coordenadas entre os dois partidos antes das eleições, às quais, de facto, irão divididos. Como afirma o jornal boliviano La Razón, "com os dois terços da ALP (assembleia) controlados pelo Movimento Ao Socialismo (MAS), a oposição com representação parlamentar não tem possibilidades de ser um contrapeso no cenário nacional, por isso deverá tentar conseguir espaços de poder municipal e departamental para se reproduzir e ter presença nas eleições de 2019". A força de

Doria Medina diversificou os seus acordos com outros grupos em cinco departamentos e com o ex-governador de Santa Cruz, Rubén Costas, não haverá uma aliança global, mas acordos pontuais.

Existe um consenso nos círculos académicos de que estas eleições são mais importantes para a oposição do que para o governo. O analista político Marcelo Silva ressalta que "as eleições subnacionais são para a oposição a sua possibilidade de sobrevivência, e já nem sequer uma possibilidade de competir por espaços políticos". A socióloga María Teresa Zegada acredita que, "no fundo, está em jogo o acúmulo que possam ter em termos nacionais para continuar a sua presença no cenário político, o seu não desaparecimento... está em jogo a possibilidade de terem uma voz".

"Existe um consenso nos círculos académicos de que estas eleições são mais importantes para a oposição do que para o governo"

No âmbito municipal, o MAS governa actualmente na maioria das cidades do país, em 228 dos 337 municípios, mas em 2010 o *masismo* perdeu em cidades muito emblemáticas como La Paz, Santa Cruz e Trinidad e só triunfou em três capitais departamentais: Cochabamba, Cobija e El Alto.

Eleições no Uruguai

No Uruguai, a batalha vai estar centrada em comprovar se o avanço da Frente Ampla nos departamentos do interior nas últimas eleições presidenciais se consolidará nas eleições locais e em ver quem será o presidente de câmara de Montevidéu, o grande reduto da coligação. A esquerda é favorita para continuar no poder na capital da República, mas os dois sectores nos quais o partido está dividido mantêm um braço-de-ferro interno. Uma disputa que, além disso, pode ter consequências à escala nacional, pois o próximo presidente, Tabaré Vázquez, está mais próximo dos grupos da esquerda moderada do que dos situados mais à esquerda, liderados por José Mujica lidera.

Assim, duas grandes coligações dentro da Frente Ampla lutam por colocar o seu candidato na câmara municipal de Montevidéu. A Frente Líber Seregni, de centro-esquerda (formada por Assembleia Uruguai, Novo Espaço e Aliança Progressista), que é liderada pelo vice-presidente Danilo Astori, apoia a candidatura do socialista Daniel Martínez. As forças mais à esquerda inclinam-se pela senadora Lucía Topolansky (mulher de Mujica), que é apoiada pelo "Grupo dos oito" (MPP, Partido Comunista e a lista 711 do vice-presidente eleito, Raúl Sendic, entre outros). É tal a divisão no governo que o plenário da Frente Ampla decidiu permitir a existência de várias candidaturas por departamento para as eleições municipais de Maio.

Para a oposição e, concretamente, para o líder do Partido Nacional ("brancos"), Luis Lacalle Pou, as eleições departamentais de Maio de 2015 são contempladas como uma forma de consolidação da sua liderança com vista às próximas eleições presidenciais, em Outubro de 2019. Para estas eleições, e para ter mais opções de retirar Montevidéu à Frente

"Se em El Salvador todas as atenções vão estar voltadas para quem conquistar a capital, o mesmo ocorrerá na Colômbia"

Ampla, nasceu o Partido da Concertação, uma força instrumental —aliança conjuntural— que reúne "brancos" e "vermelhos". Esta coligação pretende aproveitar-se da paulatina perda de votos da Frente Ampla nas eleições municipais desde 2000: naquele ano, a esquerda obteve 56,36%, que subiu em 2005 para 58,47%, e caiu para 45,9% em 2010.

Eleições locais em El Salvador e na Colômbia

Além da Bolívia e do Uruguai, haverá eleições locais em El Salvador (as quais acontecerão juntamente com as legislativas), no Paraguai e na Colômbia.

No caso salvadorenho, o empate existente entre a FMLN e a Arena nas eleições legislativas não se repete na disputa pelo município de San Salvador, onde estão centradas todas as expectativas e grande parte do interesse político. Aí existe uma clara vantagem de Najib Bukele, da FMLN, sobre Edwin Zamora, da Arena. A sondagem do CID Gallup sobre esta disputa eleitoral na capital mostra que Bukele tem uma vantagem de 18 pontos sobre Zamora. Entre os eleitores, 43% optariam por Bukele, actual presidente de câmara de Nuevo Cuscatlán e agora candidato à câmara municipal de San Salvador, seguido por Zamora, com 25%.

Se em El Salvador todas as atenções vão estar voltadas para quem conquistar a capital, o mesmo ocorrerá na Colômbia. Bogotá é governada desde 2004 pela esquerda, que transformou a cidade no seu reduto eleitoral, mas, ao mesmo tempo, os escândalos de corrupção durante a gestão de Samuel Moreno (2007-2011) e os problemas de governabilidade que afectaram Gustavo Petro (2012-15) fazem que essa esquerda chegue desgastada, embora com uma carta forte na manga: Clara López. López, que já foi presidente de câmara quando Moreno perdeu o cargo por corrupção, lidera as intenções de voto com 25% e tem a seu favor o bom desempenho nas presidenciais de 2014, nas quais reuniu quase dois milhões de votos (15%).

Esses problemas internos na esquerda colombiana são os que o *uribismo* vai tentar aproveitar, depois de ter sido o partido mais votado na primeira volta das eleições presidenciais de 2014, forçar a segunda volta e receber 45% nesta etapa da votação, para agora aspirar a ocupar posições de poder. Assim, aumentou a aposta para ganhar em Bogotá, já que o seu candidato a presidente de câmara será Francisco "Pacho" Santos, ex-vice-presidente com Uribe e primo do actual presidente da República. O governo, *antiuribista*, aposta em Rafael Pardo, do Partido Liberal, que foi ministro do Trabalho no primeiro governo de Santos.

Como aponta a revista colombiana Semana, "a câmara municipal maior de Bogotá é tradicionalmente a jóia da coroa das eleições locais. Nos últimos 12 anos, esse tesouro ficou nas mãos da esquerda —duas vezes com o Polo Democrático e uma com o movimento Progressista—. Em 2015, o

"Para muitos analistas, as eleições locais são uma espécie de 'terceira volta' após as duas das eleições presidenciais de 2014"

braço-de-ferro pelo Palácio Liévano servirá não só para medir a vitalidade da esquerda colombiana, mas também para definir se a capital escolherá um novo modelo de governo. Embora Clara López tenha uma clara vantagem sobre todos os outros candidatos nas sondagens actuais, falta saber se os bogotanos, após dois desastrosos governos da esquerda, estão dispostos a dar o apoio a uma pessoa da mesma ideologia".

Outro dos cenários mais interessantes da disputa eleitoral ocorrerá no departamento de Antioquia. O governo será um dos principais alvos políticos dos partidos que vão concorrer. O governo deste departamento é visto como um trampolim para a candidatura presidencial em 2018. Aí vão confrontar-se o uribismo e antiuribismo (a União Nacional do Presidente Juan Manuel Santos) e também a figura do actual governador Sergio Fajardo. Uma vitória do candidato de Fajardo colocaria este como possível candidato presidencial em 2018.

Para muitos analistas, as eleições locais são uma espécie de "terceira volta" após as duas das eleições presidenciais de 2014. "Os *uribistas* tentarão reafirmar essa hegemonia ao ganhar uma boa percentagem de câmaras municipais e governos. Do número de candidatos competitivos que o partido de Uribe conseguir recrutar e da capacidade de "nacionalizar" as campanhas locais dependerá, em grande parte, o balanço final da oposição. Os três partidos da coligação da União Nacional —Liberal, La U e Mudança Radical— já decidiram avançar com aspirações únicas nas áreas de tradição *uribista* para resistir à força opositora. Depois das eleições para o Congresso e para a presidência, as eleições regionais de Outubro constituirão uma "terceira volta" na qual se enfrentarão as forças *santistas* contra as hostes de Uribe. Pela primeira vez, nenhum dos dois dirigentes estará no boletim de voto", afirma a revista Semana.

5. CONCLUSÕES

Só aparentemente 2015 vai ser um ano eleitoralmente mais tranquilo do que 2014. É certo que só há duas eleições presidenciais (contra sete no ano passado), mas as eleições presidenciais que vão acontecer são muito importantes, e nas de carácter legislativo e local há muito em jogo.

A Argentina pode marcar para a região o início real da mudança de ciclo político se houver uma vitória da oposição: do *antikirchnerismo* encarnado por Sergio Massa ou Mauricio Macri. Inclusive, uma vitória do governo *kirchnerista* (especialmente se Daniel Scioli for o candidato do actual governo) marcaria uma grande mudança, pois nem por vontade, nem por inclinação ideológica, Scioli —muito mais moderado— pode equipararse a Cristina Kirchner. Até agora, na região, foram consolidando-se os partidos no governo (em 2014 houve cinco triunfos de partidos no poder em sete eleições). Mas, em 2015, essa tendência pode mudar segundo a nova conjuntura económica. Como consequência do abrandamento e menor cres-

cimento, o voto pode começar a pender pela mudança e castigar os governos que não saibam, ou não possam, lidar com o fim dos ventos favoráveis dos quais a América Latina beneficiou até 2013.

Além disso, há muito em jogo nas eleições que não são presidenciais: a maioria de Nicolás Maduro na assembleia legislativa venezuelana, após 15 anos de predomínio chavista, o futuro da agenda reformista de Enrique Peña Nieto no México, a conquista de cidades importantes como Bogotá, San Salvador e Montevidéu ou a confirmação do predomínio hegemónico do MAS na Bolívia também à escala local.

Será também um ano pré-eleitoral em dois países, Peru e República Dominicana. Tudo indica que Leonel Fernández é o escolhido para voltar à cadeira presidencial do país caribenho após ter sido Chefe de Estado em 1996-2000, entre 2004 e 2012 e ter conseguido que o seu partido continuasse no poder em 2012-2016 com Danilo Medina como presidente.

A situação não é tão clara no Peru. Keiko Fujimori segue na frente nas sondagens, mas com um tecto eleitoral que não é capaz de romper (de 30%). Atrás de Fujimori estão Alan García, que pretende ser presidente pela terceira vez na sua carreira (1985-1990/2006-2011) e Pedro Pablo Kuczynski, o homem que pretende aglutinar o voto do centro-direita. E, acima de todos eles, a figura do actual Ministro do Interior de Ollanta Humala, Daniel Urresti, cuja popularidade e capacidade mediática o transformaram numa figura a ter muito em conta, sobretudo se for capaz de manter a sua actual popularidade.

"As expectativas da população em relação a esta nova gestão são grandes, ainda mais quando se sente muita incerteza e incredulidade por parte do povo, que já não confia nas suas autoridades"

No entanto, o eleitorado peruano —frustrado como está com a sua actual representação política e pouca liderança dos partidos políticos— está à espera de um *outsider* que surpreenda a cena política com uma proposta nova, audaz e enérgica para combater a insegurança popular e lhe proporcione mais conteúdos de igualdade e de oportunidade de crescimento económico para todos; que proponha serviços públicos que funcionem de forma eficaz e sejam de acesso geral; e implemente uma política de fortalecimento institucional do sistema de justiça e fiscalização que encare de frente a corrupção.

Por agora, as recentes eleições regionais e municipais —25 regiões e mais de 2 mil câmaras provinciais e distritais— de Outubro de 2014, colocaram novas autoridades à frente de grandes desafios regionais para melhorar as infra-estruturas e os serviços de saúde, educação, conectividade, saneamento e segurança popular local. As expectativas da população em relação a esta nova gestão são grandes, ainda mais quando se sente muita incerteza e incredulidade por parte do povo, que já não confia nas suas autoridades.

LLORENTE & CUENCA

A LLORENTE & CUENCA é a primeira consultoria de Comunicação da Espanha, Portugal e América Latina. Conta com **17 sócios** e **330 profissionais** que prestam serviços de consultoria estratégica a empresas de todos os setores de atividades, com operações voltadas para o mundo que fala **espanhol** e **português**.

Atualmente, possui escritórios próprios na **Argentina**, **Brasil**, **Colômbia**, **Chile**, **Equador**, **Espanha**, **México**, **Panamá**, **Peru**, **Portugal** e **República Dominicana**. Além disso, através de empresas afiliadas, oferece seus serviços nos **Estados Unidos**, **Bolívia**, **Paraguai**, **Uruguai** e **Venezuel**

Seu **desenvolvimento internacional** levou a LLORENTE & CUENCA a ocupar, em 2014, a posição 55.ª do Ranking Global das **empresas de comunicação mais importantes do mundo**, produzido anualmente pela publicação The Holmes Report.

DIREÇÃO CORPORATIVA

José Antonio Llorente
Sócio Fundador e Presidente
jallorente@llorenteycuenca.com

Enrique González
Sócio e CFO
egonzalez@llorenteycuenca.com

Jorge Cachinero
Diretor Corporativo de Inovação
jcachinero@llorenteycuenca.com

ESPANHA E PORTUGAL

Arturo Pinedo
Sócio e Diretor Geral
apinedo@llorenteycuenca.com

Adolfo Corujo
Sócio e Diretor Geral
acorujo@llorenteycuenca.com

Madrid

Joan Navarro
Sócio e Vice-presidente de Assuntos Públicos
jnavarro@llorenteycuenca.com

Amalio Moratalla
Sócio e Diretor Sênior
amoratalla@llorenteycuenca.com

Juan Castillero
Diretor Financeiro
jcastillero@llorenteycuenca.com

Lagasca, 88 — planta 3
28001 Madrid (Espanha)
Tel: +34 91 563 77 22

Barcelona

María Cura
Sócia e Diretora-Geral
mcura@llorenteycuenca.com

Muntaner, 240-242, 1º-1ª
08021 Barcelona (Espanha)
Tel: +34 93 217 22 17

Lisboa

Carlos Matos
Sócio e Diretor Geral
carlos.matos@imago.pt

Madalena Martins
Sócia
madalena.martins@imago.pt

Rua do Fetal, 18
2714-504 S. Pedro de Sintra (Portugal)
Tel: + 351 21 923 97 00

AMÉRICA LATINA

Alejandro Romero
Sócio e CEO da América Latina
aromero@llorenteycuenca.com

José Luis Di Girolamo
Sócio e CFO da América Latina
jldgirolamo@llorenteycuenca.com

Antonio Lois
Diretor Regional de Recursos Humanos
alois@llorenteycuenca.com

Bogotá

María Esteve
Diretora Geral
mesteve@llorenteycuenca.com

Germán Jaramillo
Presidente Conselheiro
gjaramillo@llorenteycuenca.com

Carrera 14, # 94-44. Torre B — of. 501
Bogotá (Colômbia)
Tel: +57 1 7438000

Buenos Aires

Pablo Abiad
Sócio e Diretor Geral
pabiad@llorenteycuenca.com

Enrique Morad
Presidente Conselheiro para o Cone Sul
emorad@llorenteycuenca.com

Av. Corrientes 222, piso 8. C1043AAP
Ciudad de Buenos Aires (Argentina)
Tel: +54 11 5556 0700

Lima

Luisa García
Sócia e CEO da região Andina
lgarcia@llorenteycuenca.com

Cayetana Aljovín
Gerente Geral
caljovin@llorenteycuenca.com

Av. Andrés Reyes 420, piso 7
San Isidro - Lima (Peru)
Tel: +51 1 2229491

México

Juan Rivera
Sócio e Diretor Geral
jrivera@llorenteycuenca.com

Bosque de Radiatas # 22 — PH7
05120 Bosques de las Lomas (México)
Tel: +52 55 52571084

Panamá

Javier Rosado
Sócio e Diretor Geral
jrosado@llorenteycuenca.com

Avda. Samuel Lewis. Edificio Omega, piso 6
Tel: +507 206 5200

Quito

Catherine Buelvas
Diretora Geral
cbuelvas@llorenteycuenca.com

Av. 12 de Octubre 1830 y Cordero.
Edificio World Trade Center, Torre B, piso 11
Distrito Metropolitano de Quito (Equador)
Tel: +593 2 2565820

Río de Janeiro

Yeray Carretero
Diretor
ycarretero@llorenteycuenca.com

Rua da Assembleia, 10 — sala 1801
Rio de Janeiro — RJ (Brasil)
Tel: +55 21 3797 6400

São Paulo

Juan Carlos Gozzer
Diretor Geral
jcgozzer@llorenteycuenca.com

Rua Oscar Freire, 379, CJ 111,
Cerqueira César
CEP 01426-001 São Paulo SP (Brasil)
Tel. +55 11 3082 3390

Santiago de Chile

Claudio Ramírez
Sócio e Gerente Geral
cramirez@llorenteycuenca.com

Avda. Vitacura 2939 Piso 10. Las Condes
Santiago de Chile (Chile)
Tel.: +56 2 24315441

Santo Domingo

Alejandra Pellerano
Diretora Geral
apellerano@llorenteycuenca.com

Avda. Abraham Lincoln
Torre Ejecutiva Sonora, planta 7
Tel: +1 8096161975

Site corporativa
www.llorenteycuenca.com

Revista UNO
www.revista-uno.com.br

YouTube
www.youtube.com/LLORENTEYCUENCA

Facebook
www.facebook.com/llorenteycuenca

Centro de Ideias
www.dmasillorenteycuenca.com

Twitter
http://twitter.com/llorenteycuenca

LinkedIn
www.linkedin.com/company/llorente-&-cuenca

Slideshare
www.slideshare.net/LLORENTEYCUENCA

A d+i é o Centro de Ideias, Análise e Tendências da LLORENTE & CUENCA.

Porque estamos testemunhando um novo modelo macroeconômico e social. E a comunicação não fica atrás. Avança.

A d+i é uma combinação global de relacionamento e troca de conhecimentos que identifica, se concentra e transmite os novos paradigmas da comunicação a partir de uma posição independente.

A d+i é um fluxo constante de ideias que adianta os avanços da nova era da informação e da gestão empresarial.

Porque a realidade não é preta ou branca existe d+i LLORENTE & CUENCA.

www.dmasillorenteycuenca.com

d+i LLORENTE & CUENCA